

Pão e Rosas

www.nucleopaoerosas.blogspot.com

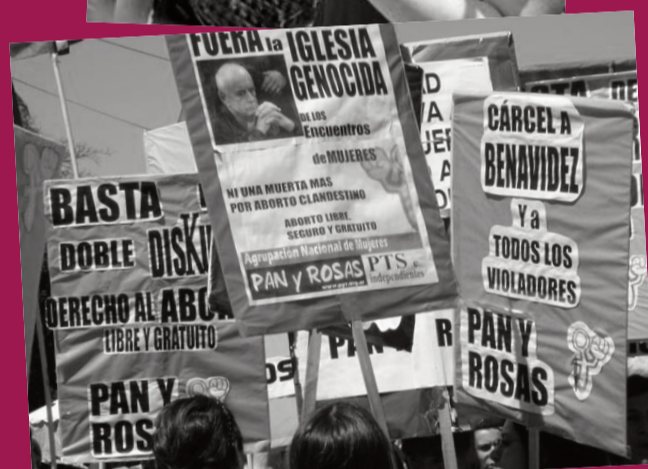
Nosso direito à vida não se vende, não se troca e não se cala por votos!

BASTA DE MULHERES MORTAS POR ABORTOS CLANDESTINOS!



Estamos próximo do dia 28 de setembro, Dia Latino Americano e Caribenho pela Legalização do Aborto, e enquanto as candidatas e candidatos fazem mil e uma promessas nos programas eleitorais, as mulheres morrem ensanguentadas pela ausência de um direito.

Não podemos deixar que as falsas promessas de um Brasil cuja situação de vida da maioria da população melhoraria, promessa de um Brasil "desenvolvido", ofusque a realidade de milhares de mulheres mortas por abortos clandestinos. Mulheres que tem cor e classe, são negras, trabalhadoras e pobres! Mulheres trabalhadoras que vivem em condição de miséria, super-exploração e que não possuem dinheiro para bancar o alto custo dos abortos nas clínicas clandestinas. Não podemos confiar nos governantes e candidatos à presidência que aliados à burguesia vêm demonstrando que só tem a oferecer mais miséria, precarização e mortes para as mulheres. Os governos são culpados pela mortes das mulheres! É por isso que precisamos lutar para conquistar o direito ao aborto livre, legal, seguro e gratuito, porque se depender delas e deles, as mulheres continuarão morrendo. Arranquemos com a força de nossa mobilização, nos organizando independente dos patrões, dos governos e da Igreja, pelo nosso direito à vida lutando pelo direito ao aborto legal, livre, seguro e gratuito!



Venha marchar junto do Pão e Rosas no bloco clasista no ato pela legalização do aborto no dia 28/09, em São Paulo, às 17h na Praça Patriarca, Centro.



Dilma, Serra, Marina e Lula: elas e eles não estão nem aí pras nossas mortes!

Diante das eleições querem que apertemos o botão verde e fiquemos de braços cruzados, esperando que os governos façam algo por nós enquanto tentam enganar a classe trabalhadora e a população com seus discursos, pois na verdade governam e querem governar para os capitalistas. Mas não podemos aceitar ser telespectadoras de nosso destino. É preciso que as mulheres sejam protagonistas, lutando pelo seu direito à vida e dizer um basta de mulheres mortas por abortos clandestinos! As mulheres trabalhadoras, pobres e negras de nosso país não podem confiar suas vidas nos governantes e capitalistas!

Isso por que é no Brasil de Lula onde 12 mulheres são assassinadas por dia, onde mais de 1 milhão de mulheres abortam clandestinamente e são perseguidas e condenadas à morte pela ausência do direito ao aborto. Mais de 50% destes abortos são inseguros, realizados pelas próprias mulheres em seus lares sem condições de higiene inadequadas, por não terem condições de pagar altos valores em clínicas privadas. O Estado brasileiro é quem condena milhares de mulheres, sobretudo as mulheres negras, pobres e trabalhadoras, à morte e humilhações por não garantir o direito elementar de decidir sobre sua vida e corpo. Na Bahia e em Pernambuco, o aborto ocupa a 1ª causa de morte materna, sendo que o risco de morte de mulheres negras é 2,5 vezes maior do que o de mulheres brancas.

Este mesmo Brasil de Lula que criminaliza as mulheres que são obrigadas a recorrer ao aborto, não garante o direito à maternidade. Seja em nossos trabalhos onde somos perseguidas pelos patrões para que não engravidemos, seja pela ineficácia do sistema público de saúde que deixa as mulheres à mercê de sua própria sorte na espera por um atendimento, em que já vimos notícias de mulheres que perderam seu filho no trajeto de um hospital ao outro.

Numa situação como essa, Dilma escreve sua "Carta Aberta ao povo de Deus", que mostra uma continuidade ao atrelamento do Estado com a Igreja. Acreditamos que assim como não é possível um governo que governe para ricos e pobres, tampouco é viável uma luta contra o massacre de mulheres mortas por conseqüências de abortos inseguros sem que nos enfrentemos com um governo que coloca-se descaradamente junto à Igreja para angariar votos de seus fiéis. Ainda nessa carta, a candidata petista afirma que a desigualdade social e as violências nas favelas "tem o dedo imperfeito do homem e não o desígnio de um Deus perfeito", responsabilizando o povo pobre e negro, e não a burguesia e os governos (inclusive o de Lula!), aumentando o aparato militar, utilizando o RJ como exemplo. Não bastasse os 6 anos da ocupação do Haiti pelas tropas brasileiras enviadas por Lula, que levam a "paz" da ONU às mulheres haitianas, com estupro, morte e dor.

José Serra, do PSDB, também mostra que está disposto a avançar sobre os corpos das mulheres. Este senhor que já foi Ministro da Saúde foi categórico em dizer que o direito ao aborto seria uma "carnificina", declara: "Vai (ter) gravidez para todo o lado porque (a mulher) vai para o SUS e faz o aborto". Enquanto isso Marina Silva (PV), candidata mulher de origem pobre, declara ser contra o direito ao aborto e faz demagogia dizendo ser a

favor de um plebiscito sobre o tema. O PV de Marina é o mesmo partido para onde migrou o principal idealizador do Projeto de Lei "Estatuto do Nascituro" (conhecido como "bolsa estupro") o Luis Bassuma, após ter sido expulso do PT por liderar a bancada parlamentar dos "pró-vida" e ser ativo na luta contra o direito das mulheres tentando instaurar uma CPI do Aborto para perseguir as mulheres.

O Estado capitalista, seus governos, instituições, quer nos fazer acreditar que nossa realização máxima na vida é a maternidade, mas é este mesmo Estado que nos nega o direito à maternidade plena, sem um sistema de saúde público de qualidade, fazendo com que as mulheres que dependem dos sistema público de saúde morram nas filas dos hospitais, não garante anticoncepcionais gratuito e de qualidade e educação sexual nas escolas, e por isso a criminalização do aborto é mais uma forma de violência contra as mulheres. É este mesmo Estado que utiliza de seus aparatos como a polícia, para reprimir a classe trabalhadora e criminaliza e condena à morte as mulheres pobres que sofrem com os abortos clandestinos. Portanto, nossa luta por este direito democrático não se faz com os métodos desta democracia burguesa pressionando os parlamentares para que decidam ou não, nessa democracia dos ricos que só tem a oferecer as mulheres miséria, precarização do trabalho e morte.

Acreditamos que devemos nos unir em frente-única para lutar por este direito elementar que é o aborto, e que deva ser garantido para todas as mulheres, mas nossa luta se faz desde as perspectivas das mulheres trabalhadoras, com independência de classe, lado a lado às mulheres são massacradas todos os dias pela clandestinidade do aborto. Diferentemente de como a Marcha Mundial de Mulheres e setores do PSOL se colocam na defesa do direito ao aborto, através da disputa meramente parlamentar, não nos iludimos com a democracia burguesa. Nós do Pão e Rosas, achamos que este direito só será garantido se for arrancado pelas mulheres auto-organizadas e aliadas a toda a juventude e classe trabalhadora.

Nosso direito à vida, de não morrer por abortos clandestinos, só conquistaremos com nossa luta!

Chamamos a todas as mulheres, estudantes, trabalhadora(e)s, o Movimento Mulheres em Luta, a Anel e a CSP-Conlutas, a formarmos um bloco classista e anti-governista no ato do dia 28 de setembro, para lutar por:

Abaixo o acordo Brasil-Vaticano firmado por Lula em 2008! Basta da intervenção da Igreja sobre nossos corpos! Arquivamento imediato do projeto de lei "Estatuto do Nascituro"!

**Educação sexual nas escolas públicas e privadas para decidir!
Contraceptivos gratuitos e de qualidade para não engravidar!
Pelo direito ao aborto livre, legal, seguro e gratuito, garantido pelo Estado para não morrer! Contra a privatização da saúde! Por um sistema de saúde 100% estatal que possa atender todas as necessidades das mulheres e de toda população, sob controle das/os trabalhadoras/es e usuários!**

De quem é a culpa pela violência contra a mulher? As idas sem voltas da Lei Maria da Penha

Por Fernanda Montagner, estudante de Ciências Sociais e coordenadora do Cach, da Unicamp e Flavia Vale, integrante do Pão e Rosas Minas Gerais.

Esse ano completam-se quatro anos da Lei Maria da Penha. Enquanto Lula faz o discurso que a lei é um avanço para acabar com a violência e a opressão, no verdadeiro Brasil de Lula cerca de 4.500 mulheres são assassinadas todos os anos, mais de 1 milhão de mulheres abortam clandestinamente, muitas morrendo por conseqüências de abortos mal feitos; a cada 15 minutos uma mulher é espancada sendo 2 mortas a cada hora. Entre todas as vítimas fatais, a maioria também são as mulheres pobres, negras e trabalhadoras. Não por menos o capitalismo necessita dividir a classe operária entre efetivos e terceirizados, sendo que as mulheres ocupam os cargos mais precários nos postos de trabalho que Lula se orgulha de reivindicar: mais postos terceirizados sob o sangue e suor de mulheres em sua maioria negras que

ainda sofrem com a dupla ou tripla jornada de trabalho. Para o capitalismo essa diferenciação é fundamental: explora e oprime mulheres trabalhadoras para rebaixar de conjunto as condições de trabalho, salário e direitos do conjunto dos trabalhadores.

Nesse marco vemos como, apesar de reconhecer juridicamente a existência da opressão, a Lei Maria da Penha é débil. Primeiramente, a própria forma como a violência é definida: doméstica e familiar, portanto, individual. Em segundo lugar, como uma lei do Estado burguês, desconsidera a divisão que existe entre as mulheres em classes antagônicas, conforme o Art. 2º: "(...) toda mulher, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade ou religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana (...)". Porém existe um abismo entre as condições de uma mulher burguesa e uma trabalhadora, ainda mais quando negra. Estas ficam reféns da legalidade burguesa, que tem como intuito manter a ordem social atual –opressora, racista e homofóbica.

Um outro aspecto problemático da lei é que ela deixa a cargo da polícia e da justiça avaliar e atuar nos casos de violência. Contudo é essa mesma polícia que está a serviço do Estado burguês para salvaguardar seus interesses, reprimindo trabalhadores e jovens em luta. Também é a mesma polícia a maior responsável por assassinatos aos homossexuais, é ela que massacra o povo pobre nas favelas mirando seu alvo em especial aos negros. Então como pode ficar nas mãos da polícia a deliberação quanto aos casos de violência à mulher se é esse aparato repressivo que deve CONSERVAR a ordem do Estado burguês?

Vimos no caso da Eliza, o quão parcial é a legalidade do capitalismo. Apesar de ela ter procurado duas vezes a delegacia de mulheres não foi atendida, pois não estava nos moldes da lei, já que não tinha um relacionamento estável com o goleiro Bruno. Por esse motivo a lei não lhe garantiu proteção. Conseqüência: Eliza acabou brutalmente morta. A lei então garantiria proteção somente às mulheres que tiverem relações estáveis? As que não tem relação estável e são agredidas e

mortas seriam menos agredidas e mortas?

Estreitando ainda mais a quantidade de mulheres que podem ser protegidas pela lei, vale citar o item 2 do Art. 9º (capítulo 2): "(...) O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I – acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II – manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses." Ou seja, aonde entra as mulheres com empregos informais e precarizados, as terceirizadas, estas que são as mais exploradas?

Além das grandes brechas existentes na Lei Maria da Penha que mostramos acima, há uma questão fundamental para um real combate da opressão e violência contra as mulheres. A mídia burguesa, em casos que acabam tomando as páginas e manchetes de jornais, acaba mostrando o agressor como o vilão da história (além de reproduzir centenas de preconceitos opressores e machistas contra as mulheres) apontando a necessidade de endurecer as leis ou de ter uma política mais eficiente de prisão dos agressores. Esse discurso serve apenas para reforçar os aspectos repressivos da polícia e do aparato de repressão burguês, o que é o contrário de combater realmente a violência contra as mulheres, uma vez que as mulheres continuarão mortas, assassinadas, feridas, machucadas... tendo a lei para dizer que o Estado burguês está supostamente combatendo a violência contra as mulheres.

O combate à violência contra as mulheres, assim, só pode ser realmente um combate e evitar tantas mortes e agressões se tiver claro que nossa luta tem que se dar atrás da denúncia do papel extremamente repressor da polícia contra os pobres, negros e trabalhadores e de um estado que é conivente com os crimes contando com um aparato eclesiástico que diz amém às mulheres mortas. Nossa luta contra a violência tem que ser com independência do governo, da polícia e da igreja e ser organizada a partir da própria organização das mulheres junto às que, entre nós, são as mais oprimidas, assassinadas e exploradas: as trabalhadoras e as negras.

Eliza, Mércia, Maria Islaine, Eloá, Camille...
**elas vivem em nossa luta.
NÃO NOS CALAREMOS!**



**POR UMA AMPLA CAMPANHA
CONTRA A VIOLÊNCIA ÀS MULHERES**

Pão e Rosas
100% independente

<http://nucleopaerosas.blogspot.com/>

Pão e Rosas em movimento!

Nos depoimentos abaixo expressamos parte de nossa luta pelos direitos das mulheres. Nas próximas semanas se realizará reuniões de entidades estudantis em diversas universidades. Chamamos todos os estudantes a lutar junto ao Pão e Rosas! Fazemos um chamado especial aos combativos estudantes da UNESP que estarão reunidos no CEUF (Congresso dos Estudantes da UNESP e FATEC) a se coloquem na linha de frente também da construção de um 28/09 classista e antigovernista pela legalização do aborto.

“É possível barrar a precarização do trabalho!”

Nós, do grupo de mulheres Pão e Rosas, inspiradas nas palavras de uma companheira trabalhadora efetiva da USP, sempre dizemos que “A terceirização... escraviza, humilha e divide”. Ela é uma das faces da precarização do trabalho, resulta em baixos salários, contratos de trabalho precários e enriquecimento dos patrões. A terceirização que não dá direitos iguais para a mesma classe trabalhadora, que a divide entre trabalhadoras/es de “primeira” e trabalhadoras e trabalhadores que comem em porões imundos, em calçadas de zonas industriais, pois não podem sequer comer no mesmo refeitório que os demais. A terceirização que tem o rosto de mulher, que não garante o cumprimento dos mínimos direitos trabalhistas, atingindo principalmente às mulheres negras. É preciso generalizar a luta dos estudantes da UNESP de Marília que saíram em greve em apoio à greve dos trabalhadores das 3 universidades estaduais paulistas, reivindicando o fim da terceirização, e que no novo bandeirão construído não houvesse terceirizados e sim funcionários contratados por concurso público sendo vitoriosos. Essa luta nos ensinou: uma vitória dos estudantes não tem que ser uma derrota dos trabalhadores, é possível barrar a precarização do trabalho! Iniciamos na Unicamp uma campanha contra a terceirização e no próximo no dia 23 de setembro faremos um ato colocando a necessidade da aliança entre estudantes e trabalhadores efetivos e terceirizados! **Flavia Silva, estudante de economia e Fernanda Montagner, estudante de Ciências Sociais e coordenadora do Cach, da Unicamp.**

“Quando optam por interromper a gravidez, ficam a mercê da própria sorte”

A sociedade patriarcal na qual vivemos tem como prioridade para a manutenção de seu sistema a opressão da mulher; uma das formas que essa opressão se apresenta, é o tabu levantado diante ao direito inalienável da mulher de abortar. Decidir se deve ou não gerar um filho, é uma decisão que cabe a cada uma de nós, e o Estado deve respeitar nossas decisões, sendo que além de tornar o aborto legal, deve também garantir que ele seja gratuito e seguro. Os dados do próprio governo mostram que morrem por ano milhares de mulheres vítimas de abortos clandestinos; essas mulheres, não são as burguesas, que podem pagar por boas clínicas particulares, são as mulheres trabalhadoras, que quando optam por interromper a gravidez, ficam a mercê da própria sorte. A questão da legalização do aborto leva também à discussão da educação sexual, sendo que não basta apenas legalizar: devemos lutar também para que os métodos contraceptivos sejam acessíveis, trabalhando com a consciência geral da sociedade, e não tratando essa questão como apenas como uma reivindicação específica da mulher. **Marília Fernandes, estudante de Letras, Unesp Rio Preto.**

“O movimento estudantil precisa lutar contra a violência às mulheres!”

Presenciamos a violência e opressão contra a mulher todos os dias: em nosso local de trabalho, onde nos pagam salários menores que dos homens, além de haver a terceirização; em nossos lares, onde temos que enfrentar a dupla jornada; nas escolas ou universidades, reproduzindo um pensamento machista em relação aos “direitos” e “deveres” da mulher na sociedade. O movimento estudantil tem muito a contribuir, como um importante elemento de mobilização social e política, lutando pelas demandas democráticas, visto que nas moradias estudantis existem diversos casos de assédio sexual, além da característica machista das calouradas. **Isadora – Unesp Franca**

“Ao longo dos séculos muitas mulheres lutaram...”

Nós, do Grupo de Mulheres Pão e Rosas, lutamos não só contra a opressão da mulher, mas também contra o sistema capitalista que tanto se beneficia nos oprimindo. Com o surgimento da propriedade privada veio a opressão, entre elas o machismo. Ao longo dos séculos muitas mulheres lutaram não só por nossos direitos, mas também pelos direitos de todos os outros oprimidos. Até hoje não vemos a história dessas mulheres nas grades curriculares, pois, o conhecimento produzido nas Universidades se reproduz na lógica capitalista, e logo, opressora. Assim, convém aos opressores que todos aqueles que lutaram por mudanças estruturais dessa sociedade não tenham conhecimento do seu histórico de lutas. É necessário que exijamos que a questão da mulher seja estudada por um viés Marxista nas Universidades, compreendendo a fundo a utilidade dessa opressão ao capitalismo, e que a história das mulheres que lutaram por nós seja ensinada!!! **Elenir, Iaci e Laís - UNESP Araraquara.**

Mulher negra, dupla exploração

“Ser negra significa carregar não apenas a carga social do machismo, mais ainda a carga racista presente em nossa sociedade”

Falar da mulher na sociedade capitalista é levantar faces e faces distintas de opressão que assolam esse grupo há centenas de anos.(...) Somos nós os objetos de desejo sem vontade, sem ação, que devem sucumbir à violência doméstica, à violência sexual, que devem, sempre, permanecer em silêncio, silêncio esse que castra os ímpetos de luta(...). Sabemos entretanto que não é qualquer mulher que está sujeita a tais submissões. A mulher que gere a empresa, que governa países, apesar de sofrer uma série de discriminações dentre seu meio de trabalho, não está sujeita, como a mulher trabalhadora, às humilhações típicas sofridas por quem não pode contar com a justiça, por ser uma marginal, de quem não pode pagar pela sua segurança, das que tem patrão, das que alimentam com seu suor a família. Sabemos também que falar de classe trabalhadora é falar das classes oprimidas economicamente, formada em sua maioria por negras e negros, grupo social que desde a colonização vêm sofrendo com o discurso de inferioridade racial(...). O povo negro de forma geral é o que é mais cedo excluído da Instituição escolar, fazendo com que a mulher negra ainda receba salários 50% menores em comparação à mulher branca, isso porque, os cargos de maior exploração exigem pouca instrução tingindo de negro a face das mulheres terceirizadas, das camelôs, da prostituição. Tratar a questão da mulher sem fazer as defesas específicas da mulher negra é ignorar que todas as violências e formas de opressão que sofremos, enquanto mulheres, em nossa sociedade, são extremamente agudizadas quando nos atemos sobre os problemas da mulher negra. Os dados de violência contra a mulher revelam que as mulheres negras por comporem a maior parte das moradoras das periferias (...) são as que mais prestam queixas de estupro, de assédio sexual (...). Defender a mulher negra significa, portanto, combater dois elementos distintos, e pilares, do capitalismo: o machismo, que serve ao capital aprisionando e calando a maior parte da população mundial – as mulheres – e o racismo, que cumpre o papel de manter populações marginalizadas, estas que alimentam no ideário dos indivíduos a necessidade da existência da força policial, esta que serve, única e exclusivamente, para proteger a propriedade privada. **Letícia Panzetti de Oliveira, estudante de C.Sociais, Unesp Marília. [Extratos, leia na íntegra em nosso blog]**



É preciso construir um movimento estudantil que tome as ruas em defesa da vida das mulheres pobres, trabalhadoras e negras! Pela legalização do aborto!

Por Jenifer Tristan, estudante de Ciências Sociais e integrante da Secretaria de Mulheres do D.A. da FAFIL

Na Fundação Santo André (FSA) estamos num forte processo de luta. A situação chegou ao limite, já é mil o número de inadimplentes só na FAFIL (Faculdade de Filosofia) que estão sobre processos judiciais com suas contas bloqueadas. Argumentando falta de verba, a reitoria aumenta as mensalidades anualmente e não fornece condições dignas de trabalho para os professores negando-lhes um salário condizente com as necessidades.

O D.A da FAFIL vem impulsionando, desde o início do semestre, uma mobilização para barrar o projeto de elitização da reitoria para a FSA buscando a unidade entre estudantes da FAECO (Faculdade de Economia) juntos aos da FAFIL, e também alguns estudantes da FAENG (Faculdade de Engenharia). A unidade na luta começa a se concretizar mostrando a força do nosso movimento. Nessa semana, na Assembléia Geral votamos a abertura dos livros de contabilidade para tornar pública a real situação da FSA e com o que é gasto sua verba. Foi aprovado também exigir a redução radical das mensalidades e o fim da perseguição aos inadimplentes. Além disso, votamos lutar pela incorporação dos terceirizados ao quadro de funcionários sem que sejam submetidos a concurso público, pois a submissão a concurso poderia significar a demissão de grande parte dessas e desses terceirizados que há anos desempenham a função. A FSA antes de se tornar centro universitário era uma fazenda onde havia uma senzala e que a reitoria hoje se localiza em cima da senzala, e as trabalhadoras terceirizadas da limpeza utilizam deste espaço(senzala) como vestiário e em cima desta senzala é onde a reitoria fica, exercendo seu poder e mostrando claramente o que são as trabalhadoras da limpeza, fora a péssima condição de trabalho, falta de produtos para a manutenção dos prédios, onde elas têm que limpar os banheiros sem luvas.

Dentro desse quadro, o D.A começa a impulsionar uma Secretaria de Mulheres junto ao Pão e Rosas, para que possamos lutar pelos direitos das mulheres, combater a precarização do trabalho e lutar por condições dignas e iguais direitos para todas e todos trabalhadores, pois também sabemos que na FSA e na maioria das universidades a terceirização principalmente através do trabalho de mulheres pobres e negras. Além do filtro social que é o vestibular, excluindo das universidades públicas os filhos de trabalhadoras e trabalhadores, as negras e negros, na terceirização evidencia-se mais uma vez o caráter racista e elitista das universidades.

Para levar as lições das nossas lutas a todo o movimento estudantil construímos a ANEL impulsionando o Bloco “ANEL às Ruas” formado com setores de estudantes que protagonizaram distintas lutas nesse ano. Na reunião nacional da ANEL foi realizada uma importante votação, de que esta entidade participe das manifestações do dia 28 de setembro, “Dia Latino Americano e Caribenho pela Legalização do Aborto”. Ter o direito ao aborto negado é também uma forma de violentar às mulheres impedindo-as de decidir sobre seu corpo e condenando milhares à morte, onde as mulheres pobres, trabalhadoras e negras são as que mais sofrem vítimas das seqüelas e mortes por abortos clandestinos. A Igreja é um dos principais setores que impedem legalização do aborto. E o Estado e seus governantes, são responsáveis por essas mortes, porque o aborto é uma questão de saúde pública e a Igreja não pode continuar se metendo em nossas vidas.

Nós desde o Pão e Rosas e da Secretaria de Mulheres do D.A da FAFIL, gestão “Desafiando a miséria do possível”, fazemos um chamado a todas e todos estudantes e trabalhadoras/es, em especial as e os que compõem junto da gente a ANEL, a construir um impactante bloco classista no Ato pela Legalização do Aborto, no dia 28 de setembro, às 17h, na Praça Patriarca – Sé – São Paulo.

Encontro de Trabalhadoras da USP

No ano de 2009, ocorreu na Universidade de São Paulo uma importante greve dos trabalhadores que lutavam, com métodos radicalizados, contra a brutal repressão que a Reitoria desferia contra trabalhadores e estudantes, por conta de suas diversas mobilizações ao longo dos últimos anos. Nesse contexto, um setor de mulheres trabalhadoras se organizou para reivindicar os direitos das mulheres como parte da luta de todos os explorados e oprimidos. Ao final desse mesmo ano, no Congresso da categoria, as trabalhadoras da USP que militam no Pão e Rosas propuseram e o Congresso aprovou por unanimidade a constituição da Secretaria de Mulheres do Sintusp, que teve sua fundação no início de 2010.

A Secretaria, que expressa um avanço na luta contra a opressão pro conjunto da categoria, organiza para o próximo 24 de setembro um Encontro de Trabalhadoras da USP para avançar nas suas reivindicações e ajudar a fortalecer sua organização. O encontro tem a importante tarefa de transpor as barreiras de divisão da classe trabalhadora, fazendo um chamado estendido a todas as trabalhadoras da universidade, efetivas, terceirizadas e fundacionais, além de trabalhadoras de outras categorias, mostrando que a divisão da classe, através da precarização do trabalho, precisa ser combatida e superada com organização e lutas unificadas. Na USP, esse combate já tem sido feito pela categoria, uma vez que a terceirização tem aumentado substancialmente (como parte de um avanço da precarização em todo o mundo), impondo salários rebaixadíssimos e retirada de direitos a diversos trabalhadores que são considerados pela direção da universidade como "pessoas estranhas à universidade". E

sabemos que esses postos precarizados são preenchidos em sua maioria por mulheres e negras/os.

Tal encontro acontecerá em um momento em que a repressão continua a avançar sobre os lutadores da USP, tendo como mais recente expressão a suspensão por 30 dias da companheira Patrícia, que participou ativamente das últimas greves, e a instalação de mais 13 inquéritos policiais contra diretores do sindicato e ativistas, além do fato que o companheiro Brandão permanece demitido inconstitucionalmente. Também é o momento em que a violência que sofrem as mulheres no seu dia a dia se tornou assunto na imprensa com as mortes de Eliza Samudio e Mércia Nakashima, expondo a realidade de milhares de mulheres que se buscava esconder. Nesse contexto, o encontro pretende aportar na organização das mulheres que trabalham, estudam e moram no entorno da universidade para uma luta profunda contra a violência que sofremos constantemente e contra a repressão, que quer fazer calar as lutadoras e lutadores que se colocam combativamente contra a sua opressão e exploração.

Nós do Pão e Rosas temos orgulho de construir, junto a várias trabalhadoras e ativistas, a Secretaria de Mulheres do Sintusp e de participar agora da organização deste Encontro. Nos somamos às vozes das trabalhadoras da USP nesse chamado à organização, tendo clareza da vigorosa luta que precisamos travar contra a divisão que a classe dominante nos impõe, que se baseia principalmente na superexploração e na precarização da força de trabalho das mulheres.

Quem não se movimenta não sente as correntes que o prendem...
Rosa Luxemburgo



1º ENCONTRO DE MULHERES TRABALHADORAS DA USP

24|09, a partir das 8hs - Clube dos Funcionários da USP

Debate sobre opressão e violência à mulher em tempos de crise capitalista, com Andrea D'Atri do Pão e Rosas Argentina.

Discussão sobre saúde da mulher e da mulher negra. Confraternização ao final.

SE INSCREVA NO SINDICATO, POR TELEFONE (30914380) OU POR EMAIL (sintusp@sintusp.org.br). O SINDICATO FORNECERÁ LIBERAÇÃO PARA TODAS AS TRABALHADORAS QUE QUISEREM PARTICIPAR.



EM DEFESA DOS QUE LUTAM PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA!

REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO DE 30 DIAS DA COMPANHEIRA PATRÍCIA

**REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO! EM DEFESA DO SINTUSP!
RETIRADA DOS PROCESSOS CONTRA ESTUDANTES E TRABALHADORES QUE LUTAM!**

LER-QI LIGA ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA QUARTA INTERNACIONAL



Pão e Rosas
LER-QI e Independentes



PATRÍCIA, TRABALHADORA DA FFLCH

Leia em nosso blog: "Casamento homossexual é aprovado na Argentina: E no Brasil quando vamos arrancar nosso direito?" Por Fernanda Tellez e Camila Radwanski

Email para contato: paoerosasbr@gmail.com

EXPEDIENTE

Redação e edição: Rita Frau, Clarissa Menezes e Flavia Valle; Diagramação: Fernanda Tellez
Contribuíram nesta edição: Diana Assunção, Dinizete Xavier, Elenir Carvalho, Laís Silva, Iaci, Fernanda Montagner, Luciana Machado, Laís Silva, Babi Dellatorre, Isadora, Marília Fernandes, Leticia Oliveira, Flavia Silva, Jenifer Tristan.